



GD 02

Ciência Política e o Ensino de Ciências Sociais

Coordenadora:
Karina Junqueira

Inteligência Artificial no Desenvolvimento de Habilidades Críticas e Simulações Políticas no Ensino de Ciência Política

Alexander Soares Magalhães¹

O ensino de Ciências Sociais na escola básica no Brasil enfrenta desafios significativos, tanto no que diz respeito às políticas públicas de educação quanto às condições diversas e complexas das redes escolares. Um aspecto que se torna cada vez mais crucial, especialmente diante da disseminação das redes sociais e de suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, é o desenvolvimento das chamadas habilidades críticas. Essas habilidades, que envolvem a capacidade de análise, questionamento e avaliação de informações e argumentos, tornam-se fundamentais em um mundo onde os alunos estão constantemente expostos a uma avalanche de dados, nem sempre confiáveis.

No contexto do ensino de Ciência Política, as habilidades críticas são especialmente importantes, pois permitem aos alunos interpretar e refletirem sobre questões sociais, econômicas e políticas de forma mais profunda e consciente. Isso inclui desde a análise de discursos políticos até a avaliação de políticas públicas e a tomada de decisões informadas, essenciais para a formação de cidadãos ativos e críticos. O desenvolvimento dessas habilidades capacita os estudantes a irem além da simples absorção de conteúdo, promovendo a autonomia intelectual e a capacidade de se posicionar frente aos desafios contemporâneos com discernimento e responsabilidade.

Como destaca Nascimento (2016), há uma necessidade urgente de atualização teórico-metodológica na Sociologia, especialmente diante da crescente produção de dados digitais. A sobrevivência e relevância dessa disciplina dependerão, cada vez mais, da integração de ferramentas tecnológicas com uma reflexão crítica que considere os novos desafios e questões trazidos pela era digital. Nesse cenário, os educadores também enfrentam o desafio de competir com as distrações tecnológicas que constantemente capturam a atenção dos jovens. Essas transformações exigem

¹ Professor titular do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ. Doutor em Ciências Sociais.

que o ensino de Ciências Sociais, e particularmente de Ciência Política, seja repensado para incluir estratégias inovadoras que não apenas integrem essas novas tecnologias, mas que as utilizem para fomentar o desenvolvimento de habilidades críticas e o engajamento ativo dos alunos no processo de aprendizagem.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é explorar como o uso de ferramentas de Inteligência Artificial, como o ChatGPT, pode ser integrado ao ensino de Ciência Política na escola básica para promover o desenvolvimento de habilidades críticas nos alunos. Através da aplicação de simulações políticas em sala de aula, pretende-se investigar como a IA pode atuar não apenas como um recurso complementar, mas como uma ferramenta pedagógica capaz de melhorar o aprendizado prático e a compreensão dos processos políticos. Especificamente, o trabalho busca analisar de que forma a IA pode incentivar os alunos a se engajarem de maneira mais profunda na análise de discursos, no debate de propostas legislativas e na avaliação de diferentes ideologias e políticas públicas, promovendo o questionamento reflexivo e a tomada de decisões informadas. Além disso, o estudo visa avaliar como a utilização de IA pode ajudar a mitigar os efeitos das distrações tecnológicas, que frequentemente competem pela atenção dos jovens, ao oferecer uma metodologia inovadora e interativa que desperte o interesse e fomente a participação ativa.

A metodologia deste trabalho será centrada na observação direta das atividades em sala de aula, buscando avaliar o impacto do uso de ferramentas de Inteligência Artificial no desenvolvimento de habilidades críticas dos alunos no ensino de Ciência Política. A atividade principal será uma simulação parlamentar, em que os alunos, organizados em grupos que representam partidos políticos fictícios, desenvolverão propostas legislativas. Um grupo utilizará o ChatGPT para receber apoio na elaboração e refinamento das propostas, enquanto outro grupo realizará a simulação sem o uso da IA. O professor atuará como moderador, conduzindo os debates e auxiliando nas discussões.

A observação direta será a principal ferramenta para captar o engajamento dos alunos, a qualidade das discussões e a forma como a IA influencia o processo de argumentação. Durante a simulação, serão observadas as interações entre os alunos, a profundidade dos argumentos apresentados e a participação nos debates.

Esses dados permitirão uma comparação qualitativa entre os grupos com e sem o uso da IA avaliando o impacto da tecnologia no estímulo ao pensamento crítico e na dinâmica de aprendizagem.

Além das observações, questionários simples serão aplicados antes e depois da atividade para medir possíveis mudanças nas habilidades de análise crítica dos alunos. A análise dos resultados se concentrará em como a IA contribuiu para o engajamento dos estudantes e para a melhoria dos argumentos e discussões durante a simulação, destacando o papel da Inteligência Artificial na educação política.

Em conclusão, este trabalho busca demonstrar como o uso de ferramentas de Inteligência Artificial, como o ChatGPT, pode potencializar o ensino de Ciência Política na escola básica, especialmente no desenvolvimento de habilidades críticas por meio de simulações políticas. A partir da observação direta das atividades em sala de aula, é possível identificar que a IA não apenas contribui para enriquecer o processo de elaboração de argumentos e propostas legislativas, mas também estimula o engajamento dos alunos em discussões mais profundas e reflexivas. Ao integrar tecnologia e metodologias ativas no ensino de Ciências Sociais, o estudo reforça a importância de adaptar as práticas pedagógicas às novas realidades digitais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e interativa, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos impostos pelas distrações tecnológicas e pela crescente complexidade dos debates políticos. Por se tratar de um estudo em andamento, ainda não é possível apresentar resultados ou conclusões definitivas sobre o impacto da IA no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, espera-se que, ao final, o uso dessas ferramentas demonstre seu potencial para enriquecer o debate em sala de aula, estimulando uma aprendizagem mais reflexiva e interativa.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Habilidades Críticas, Simulação Política.

Referências

NASCIMENTO, L.F. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan./abr. 2016, p. 216-241.

O ensino de Ciência Política no Novo Ensino Médio

*Carla Rocha Vandanezi Alvim²
Rafaela Reis Azevedo de Oliveira³*

Este estudo concentra-se no ensino de Ciência Política após a implementação da reforma do Ensino Médio de 2017, com foco nas competências e habilidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A pesquisa objetiva investigar o impacto dessas mudanças na matriz curricular, sobretudo no caso de Minas Gerais, vista à conjectura da diluição dos conteúdos estruturantes da disciplina de Sociologia, com atenção no ensino de Ciência Política.

Trata-se de um recorte da pesquisa em andamento no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, financiada pela CAPES, e aliada ao Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia (GRUPEES-UFJF).

No delineamento do estudo, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, que se valerá das técnicas de pesquisa e análise bibliográfica e documental, além de entrevista semiestruturada. Inicialmente, foram realizados estudos e leituras de artigos científicos disponíveis em portais digitais, periódicos e revistas *online*. A análise dos materiais coletados nos forneceu uma base inicial para revisões, *insights* e discussões sobre o Novo Ensino Médio e seus impactos na configuração do sistema educacional brasileiro, bem como a compreensão sobre a consolidação da Ciência Política no Brasil.

Também foram investigadas publicações governamentais, incluindo legislações e documentos oficiais pertinentes ao tema da pesquisa. Para isso, utilizamos a análise documental descrita por Lüdke e André (2022), na qual “pode se constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (Lüdke; André, 2022, p.45), visto que “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (Idem).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma instituição.

³ Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Posteriormente e, complementarmente, serão necessárias idas a campo para realizar uma análise detalhada do componente curricular de Sociologia e dos materiais disponibilizados sobre a Ciência Política. A intenção será compreender como e quais os conteúdos curriculares específicos de Ciência Política, no contexto do Novo Ensino Médio, estão sendo organizados pelo/a professor/a nos planos pedagógicos, e de que forma esses conteúdos se direcionam aos/às estudantes do Ensino Médio para formação acerca do conhecimento em torno da política.

Primeiramente, exploramos sobre a política governamental do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e estabeleceu uma mudança significativa na estrutura do Ensino Médio, definida por uma organização curricular mais flexível, englobando a proposta da BNCC e a inclusão dos itinerários formativos.

Consideramos que a sua urgência foi motivada pela necessidade de destravar as barreiras que impediam o crescimento econômico do país (Motta; Frigotto, 2017), revelando uma estreita correlação com interesses mercadológicos decorrentes de uma política neoliberal que “vem transformando os sistemas escolares para torná-los uma parte consistente da sociedade de mercado, pressionando a educação na direção da formação de ‘capital humano’ e da preparação para o trabalho” (Standing, 2014, p. 110).

No escopo dessa política, a BNCC estabeleceu uma organização necessária a reorientar currículos e propostas pedagógicas. Por ela, caminhou-se para a construção de uma arquitetura curricular integrada por duas partes indissociáveis: a primeira pela formação geral básica, organizada em quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias) e os seus respectivos componentes curriculares; e a segunda pelos itinerários formativos, organizados em unidades curriculares que correspondem às áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, sobre os quais os/as estudantes têm a liberdade de escolher um campo específico de aprofundamento de seus estudos.

A disciplina de Sociologia, que acomoda o ensino de Ciência Política, foi inserida na área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De acordo com a BNCC, essa área enfrenta o grande desafio de desenvolver a

capacidade dos/das estudantes em estabelecer o diálogo entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas.

Historicamente, a Sociologia foi introduzida no ensino básico no final do século XIX, antes de sua incorporação nos cursos superiores de Ciências Sociais. Desde então, sua presença nos currículos escolares passou por idas e vindas, influenciadas pelo contexto histórico e político, além das diversas reformas educacionais responsáveis por modificar o seu papel. Dessa forma, resguardamos que o seu percurso curricular pode ser compreendido como um produto coletivo, fruto de um processo de disputas, de negociações e de trabalho social (Pereira, 2015).

Importante mencionar que a área da Ciência Política no Brasil só alcançou a institucionalização e a profissionalização décadas depois, de forma tardia. Sua definição como disciplinar acadêmica e autônoma teve início apenas no final da década de 1960, impulsionada pelo desenvolvimento na pós-graduação. Embora esse avanço tenha possibilitado um elevado grau de autonomia e reconhecimento enquanto disciplina diversificada, sua presença tem sido predominantemente mais forte na pós-graduação do que nos cursos de graduação. Para explorar essas perspectivas, utilizamos os estudos de Forjaz (1997) e Braga (2022).

Enquanto no Ensino Médio, suas distintas formações, propostas e interesses, remetem-nos a um ensino diversificado, teórico e conceitualmente rico. Contudo, fica em função da disciplina de Sociologia o seu ensino, juntamente com os conteúdos da própria Sociologia.

Mesmo que esteja presente nos currículos do Ensino Médio, o ensino de Ciência Política possui pouca notoriedade na educação básica (Bodart; Macedo; Peixoto, 2022). Assim, propomos analisar tanto a sua trajetória quanto a da Sociologia, considerando os processos, conhecimentos e saberes nos documentos oficiais e no espaço curricular.

O marco temporal para estudo foi definido desde 1990, considerando a LDB de 1996, quando houveram notáveis mudanças para o processo de institucionalização dos seus conhecimentos nos currículos, a começar pelo domínio do ensino em prol do exercício da cidadania, até as mudanças revigoradas pelo Novo Ensino Médio de 2017.

Em meio a esse período, precisamente em 2008, a disciplina de Sociologia foi tornada obrigatória em todos os anos do Ensino Médio, por meio da Lei nº 11.684.

Mas, antes disso, seus conhecimentos já estavam sendo incorporados nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, como nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), nas Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+) e nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN), que delinearam as formas de organizações educacionais do Ensino Médio naquele momento. Assim, analisamos como esses documentos se debruçaram sobre as questões específicas da Ciência Política, destacando os pontos mais relevantes.

Por fim, avaliamos como o seu ensino foi disposto na BNCC, o mais novo documento oficial educacional publicado e considerado “referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos [...] currículos e propostas pedagógicas” (Brasil, 2018, p. 5), que contempla o trabalho coordenado pelo MEC para o Novo Ensino Médio.

Adiante na pesquisa, direcionaremos nossos esforços para a análise do ensino de Ciência Política no Currículo Referência de Minas Gerais, assim como na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos Planos de Curso disponibilizados pelo estado. Focaremos na modalidade do Ensino Médio diurno regular, entre os anos de 2022 e 2024, período correspondente à implementação da referida política.

Os resultados parciais indicaram que o Novo Ensino Médio promove um currículo pragmático e utilitarista, pautado em uma BNCC que homogeneíza o conhecimento. Nesse contexto, o ensino de Ciência Política no Ensino Médio, na qualidade de um estudo que carrega um papel fundamental para a formação cidadã consciente, de valorização do bem comum, do senso de coletividade, pode ter sido prejudicado nos que tange os currículos. Isso porque, tende-se na possível comprovação de que o Novo Ensino Médio se coloca potente a ocasionar objeções na forma de abordagem do estudo na grade curricular e causar um possível apagamento de seus componentes curriculares e de seus saberes próprios indispensáveis.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB/CNE, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Coordenação Geral de Ensino

Médio, Coordenação da Elaboração dos PCNEM, 2000. p. 36-43. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN- Sociologia): Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

BODART, C. N.; MACEDO, J. C.; PEIXOTO, F. C. A importância do ensino de Ciência Política no Brasil: uma apresentação. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, v. 6, n. 2, p. 6-22, 2022.

BRAGA, M. do S. S. A Ciência Política no Brasil: passado, presente e futuro. *Revista Agenda Política*, v. 10, n. 3, p. 147-164, 2022.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, p. 101-120, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2022.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.

STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

A importância do ensino da Ciência Política no Ensino Médio: uma experiência a partir do 45º CONUBES

Juliana Lima de Carvalho Madeira (orientadora)⁴

Maria Fernanda Sobrinho Chaves⁵

Pablo Ruan Silva Pessoa⁶

Este resumo é resultado de um processo de aprendizagem sobre os estudos de Ciência Política na educação básica, especificamente de estudantes do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA (uma escola com formação em tempo integral da rede pública, localizada na cidade de Santa Luzia do Paruá, a 398,3 km da capital maranhense); dialogando com uma experiência de movimento estudantil vivenciada por alguns desses jovens no 45º Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES), que aconteceu em Belo Horizonte, nos dias 14 e 16 de junho de 2024. Esse Congresso acontece a cada dois anos, com o intuito de discutir sobre as políticas e direitos dos estudantes secundaristas do nosso país. O evento contou com mais de 5 mil inscritos, incluindo estudantes secundaristas e grupos de juventude partidárias, lotando o estádio Mineirinho.

Para tanto, primeiramente é importante situar a importância do ensino da Ciência Política no Ensino Médio. Esta ciência começou a fazer parte do currículo escolar do Ensino Médio, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no início do século XXI. (Brasil, 2000). Em 2006, as Organizações Curriculares para o Ensino Médio evidenciam que a Ciência Política já estava fazendo parte dos currículos escolares, assim como a Antropologia, especificamente dentro dos estudos da Sociologia. (Bodart, Macedo, Peixoto, 2022)

Seguindo os parâmetros educacionais e os planos de ação da escola, dentro do ensino de sociologia do IEMA, estão inseridos os estudos da Ciência Política, tais como: O que é Política, Poder, Estado e seus três poderes, Partidos Políticos, Tipos

⁴ Professora de Sociologia na rede pública de ensino, pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA – Santa Luzia do Paruá). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁵ Aluna Secundarista pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, polo Santa Luzia do Paruá.

⁶ Aluno Secundarista pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, polo Santa Luzia do Paruá.

de Governo, Democracia, Cidadania e Controle Social; o que nos permitiu compreender sobre as estruturas que compõem a sociedade. Portanto, desde o primeiro semestre do ano de 2024, na disciplina de sociológica começamos a estudar sobre a Política, sua conjuntura e importância para a formação cidadã dos indivíduos e para manutenção de ordem da sociedade.

Paralelo a isso, surgiu o convite do governo do estado do Maranhão para os estudantes de escolas públicas de tempo integral como os IEMAs e Centros Educa Mais comporem o 45º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Tal evento se destacou como um espaço crucial para o debate sobre políticas públicas e direitos dos estudantes, tendo como foco principal “Revoga Ensino Médio” e a implementação de um novo Plano Nacional de Educação (PNE), proporcionando discussões, manifestações culturais e sociais. O encontro reuniu jovens de diversas regiões do Brasil, envolvendo uma troca rica de ideias e experiências.

Foi discutida sobre a importância de políticas públicas que garantam a inclusão e a igualdade no ambiente escolar, temas que dialogam diretamente com o conteúdo que estamos estudando atualmente, como democracia e direitos humanos. Esse alinhamento mostrou como o exercício da cidadania e a defesa dos direitos estudantis são fundamentais para o fortalecimento da democracia no país. Além disso, o congresso abordou questões relacionadas à qualidade da educação, acesso ao ensino e a participação ativa dos estudantes nas decisões que afetam suas vidas acadêmicas. Esses pontos ressaltam a importância de uma educação que não só forme cidadãos críticos, mas também conscientes de seus direitos e deveres.

Outro destaque foi o debate sobre a implementação de políticas que respeitem e promovam os direitos humanos nas escolas, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua origem, raça, ou orientação sexual. Isso reforça a ideia de que a escola é um espaço onde os direitos humanos devem ser vivenciados diariamente, preparando os estudantes para serem agentes de transformação social.

A experiência no congresso permitiu a observação prática de como a teoria que estamos estudando em sala de aula se aplica ao mundo real. Discutir democracia e direitos humanos no contexto educacional fortalece a convicção de

que a educação é um dos pilares mais importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse processo, reconhecemos a importância do ensino da sociologia no ensino médio, no ajudando no aprendizado sobre a participação política e o nosso papel enquanto sociedade.

Palavras-chave: CONUBES, Participação Política, Novo Ensino Médio.

Referências

BODART, C. N.; MACEDO, J. C.; PEIXOTO, F. C. A importância do ensino de Ciência Política no Brasil. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – CABECS*, v. 2, n. 2, p. 06-22, 2022.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

A importância do Parlamento Jovem de Minas para o Ensino de Ciência Política: um estudo a partir do projeto na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

*Maria Alice Vallo da Silva Tuchtler⁷
Diogo Tourino de Sousa⁸*

O presente trabalho tem como objetivo discutir o projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais (PJ Minas), em especial no município de Juiz de Fora, como estratégia de trabalhar o ensino de Ciência Política no Ensino Médio através da metodologia das oficinas realizadas com os estudantes. O PJ Minas consiste em uma iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), tendo iniciado suas atividades em Belo Horizonte, e ao longo dos anos foi expandindo através de parcerias entre as Câmaras Municipais, Universidades e escolas públicas e privadas com o intuito principal de promover formação política e cidadã, além de viabilizar a reflexão e a elaboração de projetos de lei para toda a comunidade constituinte.

O Parlamento Jovem foi inaugurado em Belo Horizonte pela Escola do Legislativo da ALMG, em parceria com a PUC-Minas, no ano de 2004, e permaneceu restrito à capital mineira até o ano de 2009, com exceção de Arcos e Pains, que iniciaram em 2006. A partir de 2010, outras doze Câmaras Municipais se mobilizaram para a sua associação no projeto, passando a ter duas etapas: a Municipal e a Estadual.

Em 2014 foi introduzida uma etapa intermediária, a Regional, que reúne estudantes de diferentes municípios próximos, formando polos regionais. Essa estrutura permitiu uma maior participação e o envolvimento de mais cidades e jovens em Minas Gerais. Em 2024, o programa abrange cento e trinta e sete cidades, organizadas em vinte polos.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora participa desde 2010, e é, no tempo presente, coordenadora regional dentro do polo Zona da Mata II em conjunto com outras seis cidades (Astolfo Dutra, Descoberto, Goianá, Guarani, Lima Duarte e São

⁷ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e estagiária da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

⁸ Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/IESP e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

João Nepomuceno). Cada ano tem um tema predefinido por meio de discussão e votação por todos os estudantes participantes do ano anterior. Em 2024, o tema escolhido foi “Melhorias do Ensino Escolar”.

Adiante, no início do semestre, é realizado um sorteio em data e local definidos com os diretores das escolas do município para designar as cinco escolas participantes, sendo duas privadas e três públicas. Entre abril e setembro de 2024, as estagiárias de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se encontraram, semanalmente, com os secundaristas participantes em oficinas, denominadas “formação política” e “formação temática”.

Em suma, a parceria da Universidade com a Câmara de Juiz de Fora é uma importante ação de extensão na medida em que promove uma base material crítica e teórica aos estudantes do Ensino Médio que começam a iniciar a vida política, visto que a faixa etária pode variar entre 15 a 18 anos. Ao mesmo tempo, esse contato introduz os monitores à vida docente por meio da aplicação prática dos conteúdos apreendidos e na convivência com o Outro. Sob tal ótica, há um aprendizado mútuo, em razão do diálogo com os estudantes ampliar a formação das estagiárias, e, ao mesmo tempo, na construção conjunta de conhecimento em Ciência Política.

A oficina de formação política refere-se a uma capacitação na introdução e reflexão de conceitos pertinentes à organização coletiva democrática. Em dois encontros semanais, foram abordados temas como o que é “Estado” e “governo” e suas dissemelhanças, o que é “política” e “políticas públicas”, o que é “democracia”, e sobre os “Três Poderes”. Nesse sentido, os secundaristas são levados a refletirem por si mesmos e entre os demais colegas os significados das palavras passadas, e, ao mesmo tempo, de identificarem as diferenças entre as atribuições (política, poderes e papel do cidadão).

Já a oficina de formação temática aprofundou, em cinco encontros a cada semana, o tema geral e os subtemas do ano para que os jovens sejam capazes de elaborar propostas referentes ao tema da edição, ou seja, pertinente às vivências na vida escolar. Neste ano de 2024, os subtemas do tema “Melhorias do Ensino Escolar” foram: Subtema 1: “Melhorias do ambiente de ensino-aprendizagem”; Subtema 2:

“Melhoria da aprendizagem e enfrentamento das desigualdades educacionais”; e Subtema 3: “Fortalecimento da gestão democrática”.

Além das sete oficinas citadas, os estudantes do Ensino Médio participantes do Parlamento Jovem Minas de 2024 de Juiz de Fora puderam se reunir em cinco encontros conjuntos com o propósito majoritário de se conhecerem, de compartilharem posicionamentos e ideias de projetos de cada subtema. Estes agrupamentos são o que se denomina por “Etapa Municipal”, e foram separados em “Cerimônia de instalação”, “Primeiro Encontro Municipal”, “Grupos de Trabalho”, “Plenária Municipal”, e “Segundo Encontro Municipal”, respectivamente.

Ademais, Juiz de Fora, como coordenadora do polo Zona da Mata II, recepcionou, em três encontros distintos, a “Etapa Regional”, no que se denomina a reunião das cidades e de seus respectivos estudantes. Os agrupamentos se mostraram essenciais para a troca de expectativas entre os jovens e para o debate e votação das propostas até então priorizadas. No último encontro regional, os secundaristas também discutiram os temas sugeridos pelos municípios para a edição seguinte (o tema mais votado no polo foi “Educação sexual: abuso sexual infantojuvenil e gravidez na adolescência”), e elegeram os estudantes de cada município a ir para a Plenária Estadual, que ocorre em Belo Horizonte.

Nesta Etapa Estadual, são destinadas, entre os polos, cento e cinquenta vagas para a participação de estudantes. No polo Zona da Mata II, foi distribuída uma vaga para cada município, com exceção de Juiz de Fora, com duas vagas divididas entre um aluno de escola pública e outro de escola privada. Nos dias 18, 19 e 20 de setembro os discentes passarão por oficinas de estudos do documento-base de propostas, e, posteriormente, irão consolidar as priorizadas. Além disso, os secundaristas priorizam, de três temas, uma para a edição seguinte. No sucessivo, há a entrega do documento final de propostas à Comissão de Participação Popular da ALMG.

Sob tal ótica, o PJ Minas é de suma importância como uma ferramenta pedagógica nas escolas. Além do engajamento, tanto por parte dos professores quanto por estudantes para a elaboração de projetos de lei, o programa possibilita uma amplitude de reflexões e capacitações no âmbito da linguagem, a construção e argumentação de textos e o respeito com os diferentes posicionamentos e vivências.

Como dito no site da Câmara dos Deputados sobre o Parlamento Jovem Brasileiro:

(...) o PJB une estudantes de diferentes culturas, gêneros, etnias, crenças e realidades sociais. Assim, oferece a vivência real de tolerância, inclusão e respeito à diversidade - além de conteúdos formais sobre controle social e Poder Legislativo. Ao final do programa, todos terão exercitado suas habilidades de debate, argumentação, articulação política, valorização do consenso e busca do bem comum.

Como atestado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, os conhecimentos de Ciência Política deveriam estar presentes na formação do educando, na medida em que amplia a concepção cotidiana de política da mesma maneira em que permite uma reflexão sobre as relações de poder que acontecem no país e no mundo. “Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas” (MEC, 2000, p.41).

Dito isso, faz-se necessário a permanência do programa na defesa de consolidar conteúdos políticos aos jovens que viabilizem o exercício da cidadania por meio da inserção na prática política habitual. O PJ Minas propicia uma introdução à Ciência Política com profissionais da área de maneira lúdica e com o objetivo de mostrar que a política vai e pode ir além do exercício do voto em períodos eleitorais ao lado da ampliação da democracia participativa.

Para finalizar, o Parlamento Jovem capacita estudantes de graduação em Ciências Sociais a lecionar conteúdos para a democracia aos jovens do Ensino Médio, do mesmo modo como forma cidadãos ativos, sabedores de seus direitos e deveres e participativos das decisões públicas. Ademais, cria a oportunidade de atuação e de compreensão da lógica técnica de funcionamento do Parlamento. À vista disso, este projeto e mais outros precisam ser defendidos e ampliados para que jovens, conjuntamente com a sociedade brasileira, sejam capazes de romper com atos de corrupção e de injustiças sociais por meio do acolhimento e sentido de pertencimento a uma democracia.

Palavras-chave: Parlamento Jovem, Ciência Política, política, educação, democracia.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Parlamento Jovem 2024 – Documentos*. Belo Horizonte: ALMG, 2024. Disponível em:

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/parlamento_jovem/documentos/. Acesso em: 27 ago. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Parlamento Jovem 2024 – Etapas*. Belo Horizonte: ALMG, 2024. Disponível em:

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/parlamento_jovem/etapas/. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Parlamento Jovem Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/jovemparlamentar/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2000b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

A confiabilidade nas instituições: um estudo sobre o impacto do parlamento jovem

Victor Polizello⁹
Luis Antônio Groppo¹⁰

A presente pesquisa explora a dinâmica da cidadania em face das transformações políticas e sociais, destacando a importância da confiança nas instituições democráticas. Será analisada a relação entre Sociedade e Estado, considerando a influência de projetos educacionais, como o Parlamento Jovem, no fortalecimento da confiança política. Além disso, investigaremos os desafios contemporâneos, especialmente em um contexto de crescente desinteresse político e desconfiança nas instituições.

A fim de compreender os horizontes e as fronteiras da educação política, esta pesquisa parte dos seguintes questionamentos: projetos de educação política (com enfoque no Parlamento Jovem Minas Gerais) são capazes de construir uma relação de confiança entre o participante e as instituições democráticas? Como funciona e quais são as diretrizes do Parlamento Jovem Minas Gerais (PJMG)? Como estabelecer uma política pública funcional de participação política, em um momento histórico de crescente bipolarização e desinteresse na política institucional?

Para responder estas perguntas, buscaremos analisar a relação entre os participantes do PJMG e as instituições do Estado através de um questionário em formato de *survey* que será aplicada durante o ano de 2024. O questionário será aplicado durante a plenária regional sul-mineira, que possibilitará a articulação de variáveis que se relacionam ao tema. Para assegurar os alicerces quantitativos, também estarão à disposição dados de dois *surveys* como base comparativa: o questionário aplicado aos participantes do PJMG de 2023; e a pesquisa “Identidade Sul-Mineira: Diagnóstico cultural, social, político e econômico do Sul de Minas Gerais”, de 2022.

A cidadania é princípio preponderante na perpetuação do regime democrático, na medida que este conceito se refere a “importância atribuída à

⁹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alfenas – MG.

¹⁰ Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas -MG.

confiança dos cidadãos para o funcionamento das instituições democráticas” (MOISÉS, 2005b, p. 72). A garantia dos direitos democráticos, que se vê diante da paradoxal necessidade de haver uma relação de confiança entre os sujeitos e as instituições, só é validada se os sujeitos têm a possibilidade de representar suas desconfiças através de processos institucionalizados, burocráticos e jurídicos, como as eleições, o voto, a participação na construção dos espaços políticos, e afins. Compreende-se, assim, que “a soberania do sujeito está vinculada a soberania do regime, e uma garante a outra” (BROWN, 2018, p. 298).

Moisés também nos informa que “as taxas de identificação partidária, a mobilização dos eleitores por partidos, o comparecimento em eleições e o interesse por política” (MOISÉS, 2005a, p. 74) são fatores em decréscimo nos assim chamados países ocidentais. As experiências continuadas de corrupção, o engessamento do sistema de partidos, e problemas atrelados ao desempenho institucional do Estado são os principais motivos para que a confiança seja abalada.

O objetivo do PJMG é incluir os cidadãos nos processos de tomada de decisão e programas de formação política, visando a construção de uma cidadania ativa. Também, ampliar o fluxo comunicativo e a participação social através de uma relação dialética entre a população e as instituições democráticas de poder. Os participantes do projeto são estudantes do ensino médio, professores, coordenadores, agentes públicos e parceiros. O PJMG se coloca na função social de educadora política, na qual a socialização dos participantes é essencial para o desenvolvimento educacional, desde suas experiências precedentes ao PJMG até as novas oportunidades oferecidas pelo projeto.

“Assim, o Parlamento Jovem apresenta-se como espaço de socialização voltado a ativar em seus participantes valores como a confiança nas instituições, interesse pela política e participação cívica, além de disseminar conhecimento político como ferramenta de solidificação da democracia” (SAMPAIO; SIQUEIRA. 2010, p. 383)

Tomizaki (2016) aponta que a socialização do sujeito, se relaciona diretamente a constituição de aspectos relacionados a sua subjetividade política, como suas condutas dentro da sociedade, opiniões, crenças, valores, atitudes, e no próprio reconhecimento de si dentro de um sistema hierárquico social. Fuks (2015) também comenta acerca das mudanças geradas por programas de educação cívica em seus participantes, buscando compreender como estes programas podem contribuir para sua formação.

Dada a importância da relação entre confiança nas instituições e estabilidade democrática, a análise de projetos políticos educacionais que visam estreitar a relação entre sujeito e Estado se mostra relevante para compreender as possíveis perspectivas e limites relacionados aos impactos da educação política. Por esta razão, compreender os caminhos para a retomada da confiança política, bem como o quanto programas como o PJMG possam colobarar com a promoção dos princípios democráticos, justificam estudos como a presente pesquisa.

Palavras-chaves: Cidadania; Confiança Política; Educação Cívica; Parlamento Jovem; Socialização Política.

Referências

BROWN, W. Hoje em dia, somos todos democratas. *Sapere Aude*, v. 9, n. 17, p. 291-302, 27 jun. 2018.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 425-449, 2015.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005a.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, n. 65, p. 71-94, maio 2005b.

SAMPAIO, T.; SIQUEIRA, M. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, p. 380-402, nov. 2013.

TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. V.; CARVALHO-SILVA, H. H. de. Socialização política. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 137, p. 929-934, out. 2016.

O Parlamento Jovem como observatório: da teoria à práxis

Vitória Alves de Freitas Silva¹¹

Lara Cristina Aparecida Firmino²

O Parlamento Jovem Minas, em Alfenas-MG, é uma ação feita e organizada a partir do projeto de extensão “Observatório da democracia”, elaborado por dois professores da área da Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). O projeto conta com discentes do curso das modalidades licenciatura e bacharelado, de período diversos e possuindo atualmente duas bolsas de extensão financiadas pela própria Universidade.

O projeto de extensão foi fruto de demandas das organizações civis como a Câmara Municipal de Alfenas, por uma educação política das juventudes alfenenses, tendo por objetivo atividades de caráter formativo que promovam o conhecimento teórico e prático sobre nossa política institucional, a democracia, o respeito pelos direitos fundamentais, mas com um foco central no entendimento dos processos e trabalhos legislativos. Nesse sentido, a ação é uma articulação entre os docentes e discentes bolsistas e voluntários do projeto, a Câmara Municipal de Alfenas e as escolas estaduais selecionadas E.E. Judith Viana e E.E. Ismael Brasil para execução desse objetivo.

Para atendimento das demandas da sociedade externa, a ação extensionista se vinculou à participação do projeto de nível nacional e estadual denominado “Parlamento Jovem”. O Parlamento Jovem (PJ) foi criado em 2003 pela resolução nº12/2003 da Câmara dos Deputados e teve sua primeira edição em 2004. De forma geral, o projeto tem por objetivo educar jovens para a democracia, mas sobretudo, ensinar a partir da teoria ligada à prática os trabalhos do poder legislativo.

Como já esclarecido, o programa do Parlamento Jovem se adequa exatamente aos carecimentos para educar politicamente as juventudes de Alfenas. O programa chega ao estado de Minas Gerais por iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) por meio da sua escola do Legislativo e ao município de Alfenas por iniciativa de sua Câmara Municipal.

¹¹ Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, graduanda em Ciências Sociais Licenciatura e graduanda de Ciências Sociais Bacharelado. ²

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, graduanda em Ciências Sociais Bacharelado.

Este ano o programa está em sua 23ª edição. O programa sempre possui um tema geral que é elencado e votado pelos estudantes no ano anterior na Plenária estadual em Belo Horizonte, temas sempre ligados a problemas sociais gerais ou temas caros à escola e à educação. O intuito da escolha de um tema geral a todos os municípios participantes é que se tenha um direcionamento específico para a elaboração das ideias e propostas de lei, que serão levadas para as etapas subsequentes. O tema escolhido pelos estudantes no ano passado foi “*Melhorias no ensino escolar*”. Em anos anteriores tivemos temas como: “Jovem e mercado de trabalho” e “Saúde mental do jovem”

A etapa municipal inicia com a formação política e temática dos estudantes. Nela é oferecido aos jovens um cronograma de oficinas de formação teórica-prática, que duram em média dois meses dentro da escola. Nesse momento os bolsistas e voluntários do projeto elaboram, organizam e ministram as oficinas, com orientação dos professores coordenadores do projeto de extensão mencionado a pouco, “Observatório da Democracia”.

As primeiras oficinas têm um caráter mais geral de formação política, em que falamos um pouco sobre a organização da política, do Estado, dos poderes, das instituições e da democracia. Em seguida, passamos a direcionar as oficinas ao tema geral do Parlamento Jovem, de forma a oferecer subsídios para as reflexões necessárias para pensar um projeto de lei para o tema. Já as últimas oficinas são direcionadas a ensinar os processos de elaboração de uma lei. É importante salientar que todas as oficinas têm um caráter e uma aplicação para além da teoria, trazendo sempre uma dinâmica ou prática que possibilite o exercício do que foi passado teoricamente, colocando o estudante no centro desse processo do conhecimento, estimulando o pensamento crítico.

Os temas de cada oficina ofertada aos estudantes na edição deste ano foram: Introdução à Política e Democracia: Estrutura do Estado, divisão de poderes, e funcionamento das instituições democráticas. Diagnóstico do Ensino Escolar: Reflexões sobre as problemáticas atuais do ensino escolar e discussão sobre possíveis soluções. Elaboração de Propostas Legislativas: Técnicas de redação legislativa e simulação de debates e votações. A conclusão da etapa municipal

consiste em levar os estudantes participantes do programa a Câmara Municipal da cidade, lá eles irão de forma conjunta e coletiva elaborar e editar propostas de lei redigidos também por eles próprios. Esta etapa é muito rica no sentido prático, os estudantes entendem o que aquele espaço significa e além disso entendem o impacto do que os vereadores de sua cidade elaboram lá, além de entenderem que uma proposta de lei é um processo.

Na etapa regional do Parlamento Jovem Minas, as propostas de lei elaboradas durante a etapa municipal são revisadas, aprimoradas e debatidas em um contexto mais amplo, que envolve a colaboração entre diferentes municípios. Essa etapa é crucial, pois é onde as ideias locais ganham visibilidade e passam por um processo rigoroso de análise e debate coletivo.

A etapa regional também é uma oportunidade para que os estudantes de diferentes municípios conheçam as realidades uns dos outros, troquem experiências e criem redes de colaboração. Os estudantes se preparam para representar seus polos na plenária estadual, onde terão a chance de defender suas ideias em um cenário ainda mais abrangente.

A etapa estadual é o ápice do Parlamento Jovem Minas, onde os estudantes selecionados nas etapas municipais e regionais se reúnem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte. Este é um momento de grande importância, pois as propostas de lei, que passaram por várias fases de refinamento, são discutidas e votadas em um ambiente que simula o trabalho dos legisladores. Os estudantes são divididos em Grupos de Trabalho (GTs), de acordo com os subtemas definidos no Documento-Base. Cada grupo discute e aperfeiçoa as propostas de lei relacionadas ao seu subtema, com a orientação de facilitadores experientes.

Na plenária geral, todas as propostas aprovadas nos GTs são apresentadas e votadas por todos os participantes. Este é um dos momentos mais importantes do evento, pois os jovens experimentam diretamente o processo legislativo e a importância do voto. As propostas aprovadas na plenária estadual são formalmente entregues à Comissão de Participação Popular da ALMG. Essa comissão é responsável por analisar as sugestões dos estudantes e, se apropriado, transformá-las em requerimentos, projetos de lei ou emendas a projetos de lei.

A participação ativa dos jovens no Parlamento Jovem Minas resultou em um aumento significativo na compreensão sobre a importância da cidadania e do processo legislativo. Os participantes, por meio das oficinas e das sessões práticas nas câmaras municipais, demonstraram uma evolução notável em suas habilidades de argumentação e elaboração de propostas legislativas.

O sucesso do Parlamento Jovem Minas como uma ferramenta de formação política reflete a importância de iniciativas que liguem a teoria à prática, especialmente no contexto educacional. A experiência prática oferecida pelo projeto não só fortalece o entendimento dos jovens sobre as estruturas democráticas, mas também desperta um senso de responsabilidade e engajamento com as questões sociais.

Diante do exposto, podemos concluir que o programa Parlamento Jovem tem sido inquestionavelmente um ótimo espaço de observatório da democracia. Durante a execução do programa é possível fazer um acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e fazer pequenos diagnósticos do impacto das oficinas e das etapas na formação de cidadãos para a sociedade democrática.

Para além disto, o observatório tem cumprido o seu papel de extensão e oferecendo à comunidade externa a oferta de conhecimentos e formação em Ciência Política por aqueles que a estudam: os cientistas sociais. Desse modo, temos fortalecido o rompimento do conhecimento dentro dos limites e muros da universidade e colaborando diretamente para a formação da cidadania das juventudes alfenenses. No mais, a execução do programa através do projeto de extensão tem sido um esforço de educação humana e crítica, que se alia à prática porque entende que não existe conhecimento crítico sem práxis e que o pensamento crítico se constrói em uma educação ativa e de troca.

Palavras-chave: Educação, política, juventude.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). *Parlamento Jovem 2024*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/participacao/parlamento-jovem/inicial/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

HOOKS, b. Ensinaamentos 1, 2 e 3. In: HOOKS, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.